

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 22, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025.

"Fixa novo vencimento para o cargo de Chefe da Guarda Municipal, altera o Anexo I da Lei Complementar nº 117, de 20 de julho de 2018, e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Cláudio, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, propõe a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei Complementar fixa novo vencimento para o cargo de Chefe da Guarda Municipal e altera o Anexo I, da Lei Complementar nº 117, de 20 de julho de 2018.

Art. 2º Fica o vencimento do cargo de Chefe da Guarda Municipal fixado em R\$ 6.161,02 (seis mil cento e sessenta e um reais e dois centavos).

Art. 3º Em virtude do disposto nesta Lei, o Anexo I da Lei Complementar nº 117, de 20 de julho de 2018, passa a vigorar com a redação constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Cláudio, 04 de dezembro de 2025.

JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO

Prefeito do Município

Mensagem n.º 53/2025

Assunto: Encaminha Projeto de Lei Complementar n.º 22/2025.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminhamos a essa Egrégia Casa de Leis, para apreciação dos Senhores Vereadores, o incluso Projeto de Lei Complementar que *“Fixa novo vencimento para o cargo de Chefe da Guarda Municipal, altera o Anexo I da Lei Complementar nº 117, de 20 de julho de 2018, e dá outras providências.”*

O presente projeto tem por objetivo promover a readequação dos vencimentos do cargo de Chefe da Guarda Municipal, a fim de compatibilizar o vencimento com as responsabilidades e a dedicação integral exigidas para o bom desempenho da função.

A Guarda Municipal desempenha papel estratégico na segurança pública local, de modo que o reconhecimento e valorização de sua chefia é medida indispensável para garantir o comando e a eficiência da corporação. A atual remuneração mostra-se defasada frente às atribuições do cargo, que incluem a gestão de pessoal, o planejamento operacional, a articulação com outras forças de segurança e a responsabilidade pela proteção do patrimônio público municipal e da população.

A alteração legislativa encontra-se devidamente amparada pelo Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro anexo, o qual atesta a compatibilidade da proposta com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), demonstrando que o aumento de despesa possui fonte de custeio e não afetará o cumprimento das metas fiscais.

Diante do exposto e da relevância da matéria para o fortalecimento da segurança em nosso Município, conto com o indispensável apoio dessa Egrégia Casa Legislativa para a apreciação e aprovação do presente Projeto de Lei Complementar.

Reitero a Vossas Excelências protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO
Prefeito do Município

**Excelentíssimo Senhor
REGINALDO SANTOS DE OLIVEIRA - SIMENTAL.**

Presidente da Câmara Municipal de CLÁUDIO/MG

DECLARAÇÃO

Eu, JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Cláudio, no exercício das atribuições legais do cargo e na qualidade de Ordenador de Despesas, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, **DECLARO** que há adequação orçamentária e financeira para atender ao disposto no presente Projeto de Lei Complementar que *“Fixa novo vencimento para o cargo de Chefe da Guarda Municipal, altera o Anexo I da Lei Complementar nº 117, de 20 de julho de 2018, e dá outras providências.”*

A despesa decorrente desta medida está prevista na Lei Orçamentária Anual, em conformidade com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Cláudio (MG), 04 de dezembro de 2025.

JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO
Prefeito do Município